



ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil

2

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

 **Atena**
Editora

Ano 2020

ORDEM E PROGRESSO

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 2

Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim
(Organizadores)

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Airã de Lima Bomfim

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M644 Militância política e teórico-científica da educação no Brasil
2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Airã
de Lima Bomfim. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-497-9

DOI 10.22533/at.ed.979202710

1. Educação. 2. Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes
da (Organizador). II. Bomfim, Airã de Lima (Organizador). III.
Título.

CDD 370.981

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do Novo Coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angústias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

O contexto pandêmico tem alimentado uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia tem escancarado o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste Volume 02 de **“*Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil*”**, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente.

Este livro, ***Militância Política e Teórico-Científica da Educação no Brasil***, reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados brasileiros e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse Volume 02 são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

Airã de Lima Bomfim

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA NA PERSPECITIVA INCLUSIVA

Raimundo Nonato Carlos Arruda

Alceu Zoia

DOI 10.22533/at.ed.9792027101

CAPÍTULO 2..... 11

GESTÃO ESCOLAR PARTICIPATIVA: UMA REFLEXÃO DAS AÇÕES COTIDIANAS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA EM GURUPI – TO

Joel Moisés Silva Pinho

Jamim Alves Araújo

DOI 10.22533/at.ed.9792027102

CAPÍTULO 3..... 20

PERCURSO FORMATIVO E TRABALHO DOCENTE: SABERES E PRÁTICAS

Fábia Lima Algarve

Andrea Ad Reginatto

DOI 10.22533/at.ed.9792027103

CAPÍTULO 4..... 28

CONVERSANDO COM PAIS SOBRE AS (CON)VIVÊNCIAS DE ESTUDANTES ADOLESCENTES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cândida Prates Dantas

Clarissa Faverzani Magnago

Marjorie Ribeiro Macedo de Oliveira

Pedro Henrique Machado

DOI 10.22533/at.ed.9792027104

CAPÍTULO 5..... 36

COMUNIDADE DE INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA NO ENSINO MÉDIO DO IFMT- CAMPUS BARRA DO GARÇAS: UM PASSO EM DIREÇÃO A “EDUCAÇÃO PARA O PENSAR” DE MATTHEW LIPMAN

Ivo Luciano da Assunção Rodrigues

João Luis Binde

Bianca Sobrinho Lima

Luiz Roberto dos Santos Corrêa Neto

Natália Lima Frank

Victória da Cruz Mota

DOI 10.22533/at.ed.9792027105

CAPÍTULO 6..... 48

DESAFIOS NA APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO HÍBRIDO EM ESCOLA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO INTEGRADO

Renato de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.9792027106

CAPÍTULO 7	59
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA E SUA GUERRA DE BOTÕES	
Wallace Santos Vieira	
Kássia Auxiliadora Filiagi Gregory	
Maritza Maciel Castrillon Maldonado	
DOI 10.22533/at.ed.9792027107	
CAPÍTULO 8	71
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DESAFIO CONTEMPORÂNEO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR	
Jurema Pires Soares	
Ilma de Araújo Xaud	
Simone Rodrigues Batista Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.9792027108	
CAPÍTULO 9	81
INTERNACIONALIZAÇÃO E INTERCOMPREENSÃO: ARTICULAR POLÍTICAS EDUCATIVAS E LINGÜÍSTICAS A FAVOR DO PLURILINGUÍSMO E DA INTERCULTURALIDADE NOS IES	
Joséphine Correia Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.9792027109	
CAPÍTULO 10	85
VIOLÊNCIA URBANA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
Adelcio Machado dos Santos	
Adriana Silva	
DOI 10.22533/at.ed.97920271010	
CAPÍTULO 11	100
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR GESTOR ESCOLAR	
Krys Ellem Honório Cardoso	
Ester Assalin	
DOI 10.22533/at.ed.97920271011	
CAPÍTULO 12	115
UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA, MULTI OU INTERCULTURAL? O CASO PERUANO DO ENCONTRO TINKUY	
Lilia Maria Nieva Villegas	
Sonia Cristina Soares Dias Vermelho	
Charo Jacqueline Jauregui Sueldo	
DOI 10.22533/at.ed.97920271012	
CAPÍTULO 13	122
O TÉCNICO E A COMUNIDADE	
Etianne Alves Souza de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.97920271013	

CAPÍTULO 14..... 133

EDUCAÇÃO E CONSUMO NA CIBERCULTURA: PROCESSO DE COMUNICAÇÃO ONLINE

Solange de Fátima Wollenhaupt
Lúcia Helena Vendrúsculo Possari

DOI 10.22533/at.ed.97920271014

CAPÍTULO 15..... 145

ONDE ESTÃO OS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO EIXO TECNOLÓGICO RECURSOS NATURAIS DO IFAM-CAMPUS PARINTINS?

Iago Pantoja de Azevedo
Norberto Góes Junior
Wanderley Mendonça de Souza
Kildery Alex Freitas Serrão
Ana Carolina Souza Sampaio Nakauth

DOI 10.22533/at.ed.97920271015

CAPÍTULO 16..... 157

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: DESAFIO DE PROMOVER A SAÚDE EXTRA HOSPITALAR

Maria Jussara Medeiros Nunes
Palloma Rayane Alves de Oliveira Sinezio
Mayame Jordânia Rebouças de Oliveira
Libne Lidianne da Rocha e Nóbrega
Nayanne Victória Sousa Batista
Gabriel Victor Teodoro de Medeiros Marcos
Tania Maria das Chagas Costa
Maria Cleide Araújo de Medeiros Moraes
Francisca Gilberlania da Silva Santos Barreto
Livia Natany Sousa Moraes
Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.97920271016

CAPÍTULO 17..... 166

GÊNERO, *SCRIPT SEXUADO* E PROFISSÕES JURÍDICAS

Maria Carolina Loss Leite

DOI 10.22533/at.ed.97920271017

CAPÍTULO 18..... 178

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL PARA CAPTAÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE IRÃO IMPACTAR EM AÇÕES DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Bruna Lara Campos de Moraes
Jaqueline Maissiat

DOI 10.22533/at.ed.97920271018

CAPÍTULO 19.....	191
BLENDED LEARNING: COMO INOVAR O ENSINO HÍBRIDO COM O USO DE VIDEOCONFERÊNCIA	
Rodolfo Faquin Della Justina	
Guilherme Mattei Orbem	
Eliane Pozzebon	
Jefferson Pacheco dos Santos	
Eduardo Gonzaga Bett	
Ismael Mazzuco	
DOI 10.22533/at.ed.97920271019	
CAPÍTULO 20.....	201
CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR: EU NA UNIOESTE	
Janaina Aparecida de Mattos Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.97920271020	
SOBRE OS ORGANIZADORES	210
ÍNDICE REMISSIVO.....	211

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Data de aceite: 01/10/2020

Raimundo Nonato Carlos Arruda

Universidade do Estado de Mato Grosso
(PPGEDU-Unemat) Cáceres-MT
<http://lattes.cnpq.br/3199007064204256>

Alceu Zoia

Universidade do Estado de Mato Grosso
(PPGEDU-Unemat) Cáceres-MT
<http://lattes.cnpq.br/6360324344302882>

RESUMO: Este texto tem o propósito de pensar a educação escolar indígena como modalidade de educação inclusiva trazendo algumas considerações na relação Estado brasileiro e a educação escolar indígena, partindo da promulgação da Constituição de 1988 que estabelece um marco histórico na garantia dos direitos dos povos indígenas. No primeiro item trazendo o contexto legal sobre educação escolar indígena no contexto nacional e estadual e no segundo algumas contradições do que diz a legislação e, como é de fato tratado a educação escolar indígena e os desafios que devem ser considerados na definição de uma política pública no país para os povos indígenas, para que de fato a educação escolar indígena seja específica, diferenciada e de qualidade.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Escolar Indígena; Legislação Educacional; Diversidade;

INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION FROM AN INCLUSIVE PERSPECTIVE

ABSTRACT: This text has the purpose of thinking about indigenous school education as an inclusive education modality, bringing some considerations in the relationship between the Brazilian State and indigenous school education, starting from the promulgation of the 1988 Constitution that establishes a historical landmark in guaranteeing the rights of indigenous peoples. In the first item bringing the legal context on indigenous school education in the national and state context and in the second some contradictions of what the legislation says and, how indigenous school education is in fact treated and the challenges that must be considered in the definition of a public policy in the country for indigenous peoples, so that in fact indigenous school education is specific, differentiated and of quality.

KEYWORDS: Indigenous School Education; Educational Legislation; Diversity;

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade fazer uma reflexão sobre a Educação Escolar Indígena numa perspectiva da inclusão, situado no recorte histórico a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, e das diversas legislações que surgiram partir desse contexto. Assinala também como a Secretaria Estadual de Educação organiza e entende essa modalidade de ensino por meio das diversas

legislações.

Para ajudar no raciocínio usamos para referencial teórico de vários autores usados na disciplina de Educação, Diversidade e Interculturalidade, a Constituição Federal com lei máxima do País, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional que orienta como deve se organizar educação de todas as modalidades de ensino, a Legislação Específica para a educação escolar indígena e as portarias utilizadas pela Secretaria de Estado de Educação na organização da Educação Escolar Indígena.

O desenvolvimento da Educação Escolar Indígena passou por várias etapas na história brasileira, e uma delas está diretamente relacionada com as formas de organização dessas instituições de ensino, onde adquire novos conhecimentos. O professor passa a ter maior responsabilidade, sua forma de trabalho é que vai determinar se uma educação é diferenciada e específica de cada povo.

Em contrapartida tem o estado com um sistema que descumprir o que a legislação educacional indígena, a forma de organização está cheia de pensamentos coloniais, que ditam as regras, que impede o desenvolvimento de uma educação escolar indígena específica e diferenciada.

2.1 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Ao longo dos últimos anos, em especial após 1988 onde a Constituição Federal dedica o artigo 231 a questão indígena, força o estado brasileiro a olhar essas populações de outra maneira e contempla uma concepção de educação escolar para os povos indígenas que significa um grande avanço, pois abandona a perspectiva integracionista, aceita e reconhece oficialmente o direito desses povos a uma escola que afirme suas especificidades culturais, garanta o acesso aos conhecimentos que se constituem num patrimônio da sociedade brasileira.

Essa conquista se deve ao movimento indígena que ao longo desse anos vem se impondo frente a tentativa de eugenia da população brasileira como é colocada por *Gualtieri*:

A eugenia esteve associada a projetos de intervenção social que pretendiam gerir a qualidade de vida e a dinâmica demográfica das populações humanas, isto é, projetos que buscavam promover de modo racional ampla seleção dos considerados bons exemplares humanos do ponto de vista biológico e moral, a fim de que as sociedades futuras viessem a ser povoadas apenas pelos supostos melhores estoques (p.91).

No estado de Mato Grosso não é diferente os povos indígenas também lutam por uma escola diferenciada que respeite a diversidade de cada etnia. Desde a década de 1990, principalmente depois da aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), garante um sistema diferenciado de educação indígena.

Art. 78. O sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas (BRASIL, LDBEN, 1996).

O movimento indígena ganha mais força com apoio de algumas instituições não-governamentais e assim como aconteceu na Colômbia em 1920, relatada por Herera, começam a chamar especialista na área da educação para debaterem o tema, garantindo apropriação do que queriam, e, em 1999 a Câmara de Educação Básica (CEB) “Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências” através da Resolução Nº 03, de 10 de novembro do referido ano.

Aqui no estado não é diferente, com essas legislações em nível nacional o movimento indígena exige que se tenha uma atenção diferenciada para educação escolar, em 2003 se institui a Organização dos Professores Indígenas de Mato Grosso (OPRIMT) que ocupa espaço no Conselho Estadual de Educação (CEE-MT), que em 13 de julho de 2004 publica a Resolução nº 201 que assim como na Resolução 03/99, “Fixa normas estaduais para a estrutura, funcionamento e organização das Escolas Indígenas no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências”

O Estado do Mato Grosso tem uma legislação própria para essa modalidade de ensino, é o primeiro estado com um histórico de formação de professores em nível superior e com um modelo de organização das escolas indígenas dando autonomia a cada povo, garantindo a autonomia na organização das escolas indígenas conforme sua especificidade cultural, segundo a resolução 201/04.

Art. 5º As escolas indígenas, respeitados os preconceitos constitucionais e legais que fundamentam a sua instituição e normas específicas de funcionamento, editadas através desta Resolução, desenvolverão suas atividades de acordo com o proposto nos respectivos projetos políticos pedagógicos, com as seguintes prerrogativas:

I – gestão, organização de atividades escolares e calendário próprio, independente do ano civil, respeitando o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas da comunidade;

II – duração diversificada dos períodos escolares, ajustadas às condições

e especificidade próprias de cada comunidade; (MATO GROSSO/CEEI, RESOLUÇÃO 201, 2004).

Esses corpos teóricos e legais, que garantem uma educação específica, intercultural, bilíngüe e comunitária é uma revolução no campo educacional, pois aqueles que historicamente eram incapazes, que só serviam como guias dos colonizadores que explorarem esse estado ou mesmo como mão de obra barata, que sempre foram visto como empecilho para o progresso, e que com muita garra conquistam alguns direitos constituídos, retomam assim o verdadeiro sentido para a educação como diz Brandão: “A educação é um processo vital, para o qual concorrem forças naturais e espirituais, conjugadas pela ação consciente do educador e pela vontade livre do educando,” garante assim modo de vida, a cultura, o jeito de organização que cada povo tem, sem ser submetido a um sistema que impõe regras e não respeita as diferenças.

Nessa perspectiva a escola indígena coloca como parte integrante das transformações destes povos, a partir da concepção de mundo e de sociedade, desenvolvendo o espírito de coletividade, de ajuda mútua, respeito entre seus membros, de maneira a contribuir para o desenvolvimento da cidadania dentro e fora da escola, dando ênfase aos direitos e deveres do cidadão, na formação de uma sociedade justa e igualitária.

A educação escolar indígena é uma inovação para o sistema educacional:

Art. 1º - A Educação Escolar Indígena constitui-se em uma modalidade de educação regular, com características específicas e diferenciadas e com normas e ordenamento jurídicos próprios, voltada à plena valorização cultural e afirmação étnica e lingüística das sociedades indígenas.

Art. 4º -A escola indígena deverá considerar a participação efetiva da comunidade, na definição da forma, organização e gestão, levando em consideração:

I – suas estruturas sociais;

II – suas práticas sócio-culturais e religiosas;

III – suas formas de produção de conhecimento e seus processos e métodos próprios de ensino-aprendizagem;

IV – suas atividades econômicas;

V – construção e adequação da estrutura física das escolas, de maneira a atender aos interesses das comunidades indígenas;

VI – o uso de materiais didático-pedagógicos produzidos pelos alunos e professores, de acordo com o contexto sócio-cultural de cada povo indígena;

VII – a forma de gerenciamento e administração escolar, de acordo com sua realidade cultural;

VIII – O processo eletivo de diretores de escolas ficará a critério das próprias comunidades, respeitando-se as especificidades de organização de cada grupo étnico.(RESULUÇÃO N° 201/04)

Ela deve acontecer com a participação de todos, trata-se de uma grande reestruturação da vida da escola e na prática das políticas vigentes no país e no estado, mas essas mudanças tanto na legislação quanto de organização das modalidades de educação precisa romper com as antigas formas de organização, de “educar para regenerar” (*Gualtieri*)

3 | CONTRADIÇÕES

A educação escolar indígena deve ser organizado e mantido pelo estado, como outras modalidades de ensino, mas nota-se que não existe de fato um sistema, para isso, as formas tradicionais de organização não são respeitadas, a organização da educação escolar indígena se dá por meio de portarias, Instruções Normativas que coloca todas as escolas com a mesma organização, desrespeitando as especificidades.

Vejam os que diz uma dessas portarias:

Art. 3º. Determinar que as férias dos professores das Escolas Indígenas Estaduais, nos termos do inciso I, do artigo 54, da Lei Complementar nº. 50/98 sejam nos seguintes períodos:

I - as férias dos professores para o exercício de 2012/2013, sejam usufruídas no período de 23.12.13 a 21.01.14;

II - após o término do 1º semestre letivo, de 27.06.14 a 11.07.14, período de 15 (quinze) dias de férias escolares (recesso escolar) destinadas aos alunos e professores em sala de aula;

Art. 4º. Estabelecer o início do ano letivo (atividades com alunos) em 03.02.14 e o término em 22.12.14 nas unidades escolares estaduais indígenas; (PORTARIA N° 435/13/GS/Seduc/MT)

Percebemos que aí já existe uma contradição com o que diz outra legislação de abrangência nacional que: “organização das atividades escolares, independentes do ano civil, respeitando o fluxo das atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas” (RESOLUÇÃO 03/99).

Contudo o que verifica-se no cotidiano da escola é que, muitas vezes os órgãos gestores da educação escolar indígena não têm a compreensão e impõe o calendário oficial desrespeitando a cultura de cada povo, exigindo que rituais tenha datas fixas, entrando em

desacordo com o dia a dia da comunidade.

Na Escola Tapi'itawa, Mato Grosso, a participação de professores e alunos nos rituais esta garantida no PPP porque estes momentos são ocasiões formativas próprias da educação indígena. Entretanto, a assessora pedagógica do município de Confresa quer que se estabeleça uma data certa para constar no calendário escolar o momento da realização dos rituais, o que é impossível, pois um ritual para ser realizado depende de muitas condições que não podem ser previstas *a priori*. (Por uma Educação Descolonial e Libertadora; Manifesto sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil, p. 80)

O estado passa a impor condições para o funcionamento das escolas, além do calendário, tem a composição de turmas, registros dos diários eletrônicos por meio do sistema criado para todas as escolas do estado, mas as escolas indígenas não se tem internet com velocidade compatível para seu funcionamento, isso faz com que os professores alguns professores se desloquem até a assessoria para fazerem os lançamentos ou fica a encargo da secretária da escola ou mesmo dos respectivos coordenadores ou diretores.

No Mato Grosso, estado que se vangloria de ter sido pioneiro em Educação Escolar Indígena, a Seduc implantou um sistema informatizado único para todas as escolas estaduais, o que torna inviável qualquer proposta de educação escolar específica para os povos indígenas. O estado determina através deste sistema a data do início e do fim do ano escolar, as disciplinas que devem ser trabalhadas, com suas respectivas cargas horárias, o número de alunos em cada sala de aula e exige que seja feito o controle da frequência destes alunos por meio de diários eletrônicos. A situação é absurda, pois exige-se a inserção de dados em sistemas informatizados sem oferecer condições adequadas de acesso a internet nas aldeias. (Por uma Educação Descolonial e Libertadora; Manifesto sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil, p. 74)

As contradições estão presentes na prática da educação escolar indígena. Para se ter um professor articulador a portaria nº 435 diz em seu artigo 13, § 8º. “Para assegurar o direito de ter professor articulador da aprendizagem a unidade escolar deverá disponibilizar espaço físico adequado” contrariando o que diz o Caput do referido artigo que “Toda escola de ensino fundamental da rede estadual organizada por Ciclos de Formação Humana terá direito a pelo menos um professor articulador com carga horária distribuída em até 30 horas”. Se garante o professor, não seria de responsabilidade do estado garantir as condições de trabalho? Com local apropriado? Mas infelizmente muitas aldeias em Mato Grosso não tem nem prédios adequados para funcionamento da escola, imagina um espaço físico adequado para o professor articulador.

A situação das estruturas físicas das escolas indígenas é, em muitos casos, calamitosa pela falta de prédios adequados; por graves problemas estruturais em prédios mal construídos; falta de manutenção; construções em desacordo com as solicitações dos povos e que, muitas vezes, ferem os padrões culturais dos mesmos; além de, frequentemente, não haver equipamentos necessários para o funcionamento da escola. (Por uma Educação Descolonial

Todas essas contradições entre o que diz a legislação e a realidade vivenciada pelos povos indígenas nas suas respectivas escolas, traz o que disse Rodrigues em sua tese, no capítulo 6 intitulado: “A ascensão da diversidade na política educacional brasileira,” que mostra a lutas de diversos seguimentos excluídos da sociedade por melhorias e que as reivindicações e denúncias encontrarão algum retorno por parte do governo.

Sem dúvida, pensar em uma educação escolar que possa acolher os saberes tradicionais dos povos indígenas e, ao mesmo tempo, consiga contemplar uma organização escolar tradicional, sei que não é fácil. Constata-se que a presença dos saberes indígenas nas escolas provoca mudanças de todas as ordens, além de questionar o lugar privilegiado dos chamados conhecimentos ocidentais, as políticas de educação educacionais existentes e o modo com as Secretarias de Educação tratam a questão, isso parece como que diz Scott:

A política tem sido descrita como a arte do possível; eu preferiria chamá-la de negociação do impossível, a tentativa de chegar a soluções que – em sociedades democráticas – aproximam os princípios da justiça e da igualdade, mas que só pode sempre falhar, deixando assim aberta a oportunidade de novas formulações, novos arranjos sociais, novas negociações. (Scott 1999, p. 29).

Essas palavras mostram que no âmbito da política ainda falta muito a ser feito para chegar ao ideal, e, também na organização, para ser realmente uma escola indígena diferenciada há muito que se fazer por mais que se tenha caminhado desde a instauração do novo paradigma em educação escolar indígena, a presença dos saberes, valores tradicionais indígenas no dia a dia destas escolas é algo necessário para que elas possam ser realmente ter identidade indígena.

A educação escolar indígena passa a ser um desafio, a razão central não é o desconhecimento das didáticas, dos conteúdos ou despreparo dos professores, mas sim a metodologia de organização da escola que contraria a lógica de vida destas culturas, quem organizar o sistema de educação esquecem que:

[...]existem diferentes e diversas formas e modelos de educação, e que a escola não é o lugar privilegiado onde ela acontece e nem o professor é o único responsável pela sua prática. Essa reflexão é importante para se pensar os processos educativos, quer sejam escolares ou não-escolares [...]
(Gomes, 2003, p.170)

E inaceitável que, em pleno século XXI, os povos indígenas continuem a serem vistos pelos gestores públicos como inferiores, incapazes de organizarem seus espaços. A educação escolar e um dos meios da colonialidade do poder ocidental, principalmente porque agir de maneira planejada através da dominação econômica, da imposição do conhecimento ocidental como o único, negando os saberes dos povos originários.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história mostra a luta e articulação dos povos indígenas por um sistema de ensino que respeite cada uma das escolas indígenas, com suas diferenças e especificidades. Cada escola indígena deve ser considerada como única, percebe-se mudanças, mas com muita resistência por parte do estado.

No entanto, é importante considerar que há alguma mudança no horizonte. A força das culturas consideradas negadas e silenciadas nos currículos tende a aumentar cada vez mais nos últimos anos. As mudanças sociais, os processos hegemônicos e contra-hegemônicos de globalização e as tensões políticas em torno do conhecimento e dos seus efeitos sobre a sociedade e o meio ambiente introduzem, cada vez mais, outra dinâmica cultural e societária que está a exigir uma nova relação entre desigualdade, diversidade cultural e conhecimento. Os ditos excluídos começam a reagir de forma diferente: lançam mão de estratégias coletivas e individuais. (Gomes, 2012, p. 102).

Sendo assim, não é demais exigir que as escolas indígenas sejam diferenciadas em relação as escolas da rede regular de ensino, mas também diferenciadas entre si, é um direito e não uma concessão do estado, também não é demais exigir que os processos de formação de professores indígenas sejam diferentes pois a educação não tem a mesma finalidade da sociedade dominante, é dever do estado assegurar os meios necessários para que possibilidades para que a formação de professores sejam concretizadas de acordo com o artigo 20 da resolução 05/2012.

Entretanto, o dia a dia das escolas indígenas não apresenta um cenário tranquilo, ao contrário, percebemos que violações de seus direitos são praticadas corriqueiramente, esses descumprimentos são praticados pelos agentes estatais que deveriam ser os primeiros a zelar pelo cumprimento da legislação, mostrando assim, atitudes colonialistas, presente nessas relações existentes entre escola e estado.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Raimundo Nonato Carlos, **Educação Escolar Rikbaktsa e a Inserção na Educação Profissional**. Dissertação Mestrado -PPGEDU/UNEMAT.

ARRUDA, R. N. C.; ZOIA, A. ; Araújo, A E . **A educação escolar Rikbaktsa**. REVISTA COCAR (ONLINE), v. 14, p. 378-400, 2020

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação. Educação**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 15 de abril de 2008.

BRASIL. **Constituição Federal, 1988**. 21ª ed, Brasília: Câmara dos deputados.

CIMI. **Por uma Educação Descolonial e Libertadora; Manifesto sobre a Educação Escolar Indígena no Brasil.** http://www.cimi.org.br/pub/MS/escolas/Manifesto_EducacaoEscolarIndigena.pdf. Acesso em 24/07/2017

MARFAN, Marilda Almeida (Org). **Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação : formação de professores:** educação indígena. Brasília : MEC, SEF, <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000497.pdf>. acesso em 29/06/2017

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/relacoes_étnico_raciais_educacao_descolonizacao_currículos.pdf. Acesso em 28 de maio de 2017.

- _____. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2017.

GUALTIERI, Regina Cândida Ellero. **Educar para regenerar e selecionar. Convergências entre os ideários eugênico e educacional no Brasil.** Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1147>. Acesso em 28 de novembro de 2011.

HERRERA, Martha Cecilia. **Imagens sobre nós mesmos: Nação, raça e educação na Colômbia.** Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/edicoes/texto528.html> Acesso em 31 de maio de 2017.

LEI DE DIRETRIZES DE BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB, 9.394. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2017.

PORTARIA Nº 435/13. Disponível em: http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/Documents/Gest%C3%A3o%20de%20Pessoas/Normativas%20Ano%20Letivo%202014/Caderno_de_Portarias_2014.pdf#search=portarias. Acesso em 31 de maio de 2017.

RESULUÇÃO 201/04. Disponível em: <http://www.cee.mt.gov.br/wmmostrarmodulo.aspx?15,45,Componente+Arquivo> Acesso em 10 de março de 2010.

RESOLUÇÃO 03/99. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0399.pdf>. Acesso em 10 de março de 2010.

Resolução 05/12. Disponível em: <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/86/pdf>. Acesso em 31 de maio de 2013

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **A ascensão da diversidade nas políticas educacionais contemporâneas.** Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-graduação em Educação. Tese de doutorado. São Carlos, 2012.

ZOIA, Alceu. **A comunidade indígena Terena do norte do Mato Grosso: infância, identidade e educação.** 247p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2009.

ZOIA, Alceu. A questão da Educação Indígena na legislação brasileira e a escola indígena. In. Grando, B. S. PASSOS, A. L. (Orgs). **O eu e outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola**. Cuiabá: Ed. EdUFMT, 2010. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/arquivos/snelis/esporteLazer/cedes/euOutro.pdf> Acesso em: 28 de julho de 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 28, 29, 35, 62

Assistência de Enfermagem 158, 159, 160, 163, 164, 165

C

Centro de Atenção Psicossocial 12, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165

Cibercultura 12, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 142, 143, 144

Cidadania 9, 4, 18, 31, 32, 33, 38, 57, 90, 108, 114, 133, 135, 136, 137, 138, 142, 163, 204

Cinema 59, 60, 61, 62, 64, 65, 69

Comunicação online 12, 133

Comunidade 10, 11, 3, 4, 6, 9, 12, 14, 15, 16, 18, 28, 30, 31, 34, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 46, 87, 105, 109, 112, 113, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 158, 163, 181, 182, 184, 188, 189, 192, 199, 203, 204, 208

Comunidade de Investigação 10, 36, 37, 38, 39, 42, 46

Consumo 12, 21, 91, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143

Controle Social 85, 87, 88, 90, 96

Currículo 59, 60, 61, 63, 69, 73, 114, 124

Cursinho pré-vestibular 13, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208

D

Defensoria Pública 166, 170, 171

Diálogo 13, 17, 28, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 46, 47, 60, 66, 74, 75, 88, 117, 119, 130, 141, 204

Diferença 17, 59, 60, 61, 63, 68, 69, 87, 92, 94, 103, 116, 118, 120

Diversidade 1, 2, 7, 8, 9, 41, 45, 81, 83, 88, 94, 101, 116, 117, 118, 119, 129

E

EAD 143, 144, 191, 192, 193, 210

Edificações 122, 123, 125, 131

Educação 2, 9, 10, 12, 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 17, 19, 26, 27, 30, 31, 36, 37, 38, 46, 47, 48, 52, 57, 59, 60, 61, 69, 71, 79, 85, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 131, 132, 133, 135, 137, 139, 143, 144, 145, 155, 156, 176, 177, 178, 179, 190, 192, 197, 200, 201, 202, 205, 208, 210

Educação Básica 3, 79, 100, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 119, 201, 202, 204, 205, 207, 210

Educação Escolar Indígena 1, 2, 4, 5, 6, 7, 9

Educação Intercultural 71, 72, 73, 76

Educação para o Pensar 10, 36, 37, 38, 45, 46

Educação Superior 71, 75, 173

Enfermagem psicossocial 158, 160

Enfermagem psiquiátrica 158, 160

Ensino 9, 10, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 90, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131, 146, 149, 152, 154, 155, 172, 173, 179, 182, 184, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210

Ensino Híbrido 10, 13, 48, 50, 51, 52, 56, 57, 191, 193, 197, 199, 200

Ensino Médio 10, 30, 36, 37, 38, 40, 43, 46, 48, 52, 57, 78, 146, 173, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208

Escola 10, 11, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 26, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 48, 49, 53, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 69, 75, 98, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 134, 137, 144, 154, 156, 161, 162, 164, 165, 173, 179, 190, 201, 202

Estágio Supervisionado 11, 12, 13, 19

Experiência formativa 11, 115, 116

F

Filosofia 36, 37, 38, 41, 46, 47, 63, 65, 68, 69, 205, 207, 210

Formação 9, 11, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 30, 31, 33, 38, 46, 52, 69, 71, 73, 74, 75, 79, 82, 83, 89, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 122, 123, 129, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 174, 188, 193, 197, 200, 208, 209, 210

Formação continuada do professor gestor 100

Formação de Professores 9, 3, 8, 9, 18, 20, 71, 74, 75, 79, 101, 102, 103, 112, 113, 114, 210

Formação Docente 18, 69, 74, 100, 104, 110, 111

Formação inicial do professor gestor 100

G

Gênero 9, 11, 12, 59, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 97, 148, 155, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Gestão Participativa 11, 14, 15

I

Inclusão 9, 10, 1, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 57, 69, 81, 83, 118, 120, 137, 141, 144, 160

Interculturalidade 11, 2, 81, 83, 84, 115, 116, 117, 118, 119, 120

L

Legislação Educacional 1, 2

M

Mercado de Trabalho 73, 145, 146, 147, 149, 155, 170, 171, 174

Metodologias ativas 10, 48, 49, 52, 54, 57, 179

Multiculturalidade 115, 116, 117, 119

P

Pais 10, 2, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 62, 110, 112, 116, 145, 149, 189

Percurso Formativo 10, 20, 22, 26

Prática Avaliativa 71, 72, 73, 77, 78, 79

Prática Pedagógica 19, 21, 23, 45, 52, 53, 71, 73, 79

Professor gestor 11, 100, 101, 112

Profissional 8, 20, 30, 101, 155, 156, 209

Projeto de Extensão Social 201, 203

Psicologia Escolar 28, 31, 35

R

Recursos Educacionais Abertos 20, 22, 24, 26

Representações Sociais 11, 85, 87, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 161

S

Sala de aula invertida 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Saúde mental 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Segurança Pública 137, 178, 182, 188

Sociologia das Profissões 166, 174

T

Tecnologia Digital 12, 178, 179, 183

Tutor Inteligente 191, 192, 194, 198, 199

V

Videoconferência 13, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Violência Urbana 11, 85, 87, 93, 96, 97

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

**Militância Política e
Teórico-Científica da
Educação no**

Brasil 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020